



**SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE SERGIPE –
SFA/SE**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ARACAJU – SE - EXERCÍCIO 2010

Augusto Cesar de Mendonça Viana
SUPERINTENDENTE

Naum de Araújo
CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

Carlos Augusto Leal
CHEFE DA DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

Eduardo Luiz Silva Costa
CHEFE DO SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL

Antônio Carlos Fraga e Silva
CHEFE DO SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL

Ambrosina de Oliveira Teixeira Ribeiro
CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO

José Ronilson dos Santos
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO

Denise Carvalho Barreto
CHEFE DA SEÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA

Rita de Cássia Guimarães Carvalho Ferro
CHEFE DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Milton Correia dos Santos Filho
CHEFE DA SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS

Aldecir dos Santos Oliveira
CHEFE DO SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Edilena Luiza Porto Andrade
CHEFE DO SETOR DE COMPRAS E CONTRATOS

Valmir Cardoso
NÚCLEO DE TRANSPORTES

Ivanete Barbosa Silva
NÚCLEO DE PROTOCOLO

José Diógenes Pinheiro Júnior
NÚCLEO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Sinval Aragão Almeida
CHEFE DA SEÇÃO DE SUPORTE AGROPECUÁRIO

SUMÁRIO

Apresentação	07
1. Identificação	08
2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade	09
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	09
2.2 - Estratégias de Atuação	10
2.3.1 - Programas de Governo sob a responsabilidade da SFA/SE	11
2.3.1.1 - Programa 0750 – Apoio Administrativo	11
2.3.1.2 - Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	12
2.3.1.3 - Programa 0357 - Segurança da Saúde Agropecuária	12
2.3.1.4 - Programa 0375 – Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	13
2.3.1.5 - Programa 1426 – Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade	13
2.3.1.6 - Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	14
2.3.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela SFA/SE	14 a 23
2.4 – Desempenho Orçamentário / Financeiro	24
2.4.1 – Movimentação Orçamentária e por Grupo de Despesa	24
2.4.2 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SFA/SE por Movimentação	25 e 26
2.4.3 - Indicadores de Institucionais e Operacionais	27 a 32
3.0 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	31
4.0 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	31
5.0 - Composição do Quadro de Servidores Ativos	31
6.0 - Transferências Efetuadas no Exercício	37 a 39
7.0 - Estrutura de controles internos da UJ	40
8.0 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	40
9.0 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	41
10. - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	42
11. Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ	42
12. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	42 a 46
13. Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa	47
14. Composição Acionária do Capital Social	48

15. Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE:	48
16. Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento	48
17. Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002	48
18. Análise da situação econômica-financeira dos órgãos	48
19. Remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada	48
20 - Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	48
21 - Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desimobilização – PND	48

LISTA DE TABELAS

1.0 - Tabela nº 01 - Identificação	08
2.0 - Tabela nº 02 a 07 – Programas de governo sob a responsabilidade da Unidade	11 a 13
Tabela nº 08 - Execução Física das Ações Realizadas pela SFA/SE	14
Tabela nº 09 - Movimentação Orçamentária e por Grupo de Despesa	23 e 24
Tabela nº 10 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da SFA/SE	24
Tabela nº 11 - Despesas Correntes por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da SFA/SE	24
Tabela nº 12 - Despesas Capital por Grupo de Elemento de Despesa dos Créditos Originários da SFA/SE	25
Tabela nº 13 - Resultados dos Indicadores Institucionais	26
Tabela nº 14 - Resultados dos Indicadores Institucionais	27
Tabela nº 15 - Resultados dos Indicadores Institucionais	27
Tabela nº 16 - Indicadores das Fiscalizações Realizadas	27 e 28
Tabela nº 17 - Indicadores da Classificação e Padronização de Produtos Vegetais	28
Tabela nº 18 - Indicadores da Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vegetal e seus Subprodutos.	28
Tabela nº 19 - Indicadores das Ações de Defesa Vegetal	29
Tabela nº 20 - Indicadores das Ações de Defesa Animal	29
Tabela nº 21 - Indicadores da Vigilância Agropecuária no Estado	29 e 30
4.0 - Tabela nº 22 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	31
5.0 - Tabela nº 23 - Composição do Quadro de Recursos Humanos	31 e 32
Tabela nº 24 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	32
Tabela nº 25 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	32 e 33

Tabela nº 26 - Composição do Quadro de Servidores Inativo	33
Tabela nº 27 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	33
Tabela nº 28 - Composição do Quadro de Estagiários	33
Tabela nº 29 - Quadro de Custo de Recursos Humanos nos Exercício de: 2008, 2009 e 2010	33 e 34
Tabela nº 30 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva	34
Tabela nº 31 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	35
Tabela nº 32 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.	35
Tabela nº 33 – Painel de Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	36
Tabela nº 34 - Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	36
6.0 – Transferência Efetuadas no Exercício	
Tabela nº 35 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	37 a 38
Tabela nº 36 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SFA/SE nos Três Últimos Exercícios	38
Tabela nº 37 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e exercício seguintes	39
Tabela nº 38 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela SFA/SE na Modalidade de Convênio e de Contrato de Repasse	39
Tabela nº 39 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse	39 e 40
9.0 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	
Tabela nº 40 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial em Propriedade da União	41
Tabela nº 41 - Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da SFA/SE	42

Apresentação

A Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE, no exercício da sua função de unidade autônoma da administração direta, concede aos órgãos administrativos regionais descentralização de serviços, a fim de que sejam executadas atividades através de convênios. Representa o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - no Estado de Sergipe, promovendo a execução de projetos e atividades na agropecuária de: defesa, inspeção, fiscalização, vigilância e fomento.

No presente relatório estão contidas ações executadas em 2010 através de dados construídos de modo a atender orientações das Secretarias Nacionais específicas e interesses dos Órgãos de fiscalização e controle.

Anualmente, tomando como base o PPA e as decisões adotadas em reunião estratégicas realizadas no Órgão central, a SFA/SE elabora um plano operativo para cada ação dos programas que o governo executa, onde estabelece metas físicas e financeiras para o exercício. As liberações dos recursos financeiros para execução das metas, ficam condicionadas à análise do coordenador nacional considerando principalmente a prioridade e compatibilidade das ações do programa em relação à região, assim como, o contingenciamento orçamentário.

A Superintendência tem como a prática de gestão realização de reuniões trimestrais de análise crítica com a participação de todos os coordenadores estaduais de ação, tendo como objetivo o acompanhamento e avaliação da execução das metas físicas e financeiras programadas, e como consequência traçar novas diretrizes e deliberações corretivas para os entraves apontados.

Com relação ao aspecto de avaliação, a expectativa é que as ações realizadas, e, inseridas neste documento revelem as prioridades assumidas, visando atingir aos objetivos da realidade estadual, apresentando indicadores de gestão que puderam ser executados.

AUGUSTO CESAR DE MENDONÇA VIANA
Superintendente Federal da Agricultura no Estado de Sergipe.

1.0 - Informações de Identificação da Unidade Jurisdicionada:

1.1 - Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			
Denominação abreviada: SFA/SE			
Código SIORG: -	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 130028	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO			
Principal Atividade:	Código CNAE: Agricultura : A.01.61-9 Pecuária: A.01.62-7		
Telefones/Fax de contato:	(79) 3712-8000	(79) 3712-8003	(079) 9804-7798
Endereço eletrônico: E-mail: gab-se@agricultura.gov.br			
Página da Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Dr. Carlos Firpo, Nº 428, Bairro Industrial, ARACAJU/SE - CEP 49065-310			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei Delegada nº 9, de 11/10/1962, publicada no DOU de 12/10/1962 republicada em 03/01/1963			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 4629, de 22/03/2003, publicado no DOU de 23/03/2003 - Portaria MAPA nº 428, de 09/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica a UJ			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não consolida outras unidades”	“Não consolida outras unidades”		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não consolida outras unidades”	“Não consolida outras unidades”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
“Não consolida outras unidades”		“Não consolida outras unidades”	

Tabela nº 01

2.0 - Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade:

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe, tem como responsabilidade, executar os programas de governo direcionados para as atividades agropecuárias, incluindo também o agronegócio, tendo como objetivo direto a garantia da segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, garantindo também a qualidade dos insumos agropecuários e promovendo a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância e fiscalização fitozoossanitária, apontamos a seguir os principais macro-processos da SFA/SE:

a) **Defesa Agropecuária:** A defesa agropecuária é fundamental tanto para a segurança alimentar da população e dos animais, quanto para a proteção comercial no que concerne a insumos e produtos de origem animal e vegetal. Além disso, visa garantir produtividade, proteção do meio ambiente e diminuição de barreiras à exportação.

b) **Fiscalização Agropecuária:** exerce o controle na execução das atividades de fiscalização das empresas agropecuárias que comercializam insumos e serviços utilizados por agricultores e pecuaristas. Exerce importante papel na fiscalização de estabelecimentos que produzem e comercializam mudas, sementes, fertilizantes (adubos químicos e orgânicos), corretivos e inoculantes, produtos para alimentação animal (rações) e medicamentos veterinários; controla o trânsito internacional de agrotóxicos e seus componentes afins e, entre outras atribuições, também é responsável por emitir parecer autorizando ou não a importação ou exportação de sêmen animal, sementes, mudas, ou plantas matrizes.

c) **Inspeção Agropecuária:** atua executando ações de inspeção, higiene sanitária e tecnologia de estabelecimentos que industrializam, manipulam, beneficiam, acondicionam e armazenam produtos e derivados de origem animal ou vegetal. Abrange o comércio interestadual e internacional, assim como, as atividades de inspeção e análise de projetos de construção de instalações e equipamentos, que se destinam a estabelecimentos, que comercializam ou processam produtos e derivados de origem animal ou vegetal. Exerce a fiscalização do comércio varejista e atacadista de produtos sifados; emite a Liberação de Importação – L.I e de Laudos de Vistoria Técnica, além de combater à fraude, especialmente de bebidas em geral e vinagres, da carne bovina, do frango, do leite e derivados. Acima de tudo preservando a Saúde Pública e a Segurança Alimentar.

d) **Vigilância Agropecuária:** atua na fiscalização do trânsito internacional de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, exercendo uma ação de importância fundamental para o controle da entrada e saída desses produtos nos portos, aeroportos e nas fronteiras onde estão instalados os Postos de Vigilância Agropecuária (PVA). Essas barreiras sanitárias constituem-se em importante fator de proteção para o setor agropecuário nacional, garantindo a manutenção da sanidade das plantas e animais.

e) **Política e Desenvolvimento Agropecuário:** promove e acompanha as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio do pequeno ao grande produtor, suas atividades englobam a elaboração, coordenação e acompanhamento das ações que permitam como agilizar programas cujo objetivo é de estimular produtores e consumidores através do cooperativismo e associativismo rural, crédito rural, agroenergia, fomento a agricultura orgânica, agroindustrial e agroflorestal. Tendo como objetivo, executar ações que venham contribuir com atividades de execuções programadas que tenham sustentabilidade no crescimento do meio rural.

2.2 - Estratégia de Atuação

A Superintendência em conformidade com o Regimento Interno aprovado pela Portaria MAPA nº 428/2010, publicada em 14/06/2010, executa as ações voltadas para as atividades de: Defesa Agropecuária, Fiscalização Agropecuária, Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vigilância Agropecuária e Política de Desenvolvimento e fomento do Setor Agropecuário.

Para atender as demandas da sociedade, vários são os aspectos tratados internamente que, embora não estejam ligados a ações de governo que cabe à SFA/SE executar, seu acompanhamento faz parte da rotina interna. Nesta linha citamos o cuidado com o pagamento de proventos, auxílios e benefícios a servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Alinhado ao plano estratégico desenhado pelo MAPA, a SFA/SE direcionou esforços no sentido de atender, dentro da perspectiva de processos internos e de pessoas:

Objetivo/prioridade	Decisão/Iniciativa	Avaliação/resultado
Excelência Administrativa	Fortalecer o processo de Gestão da Superintendência	- Desdobramento do Planejamento Estratégico do MAPA e acompanhamento dos resultados institucionais; - Fortalecimento do aprendizado contínuo a partir Relatório de Auditoria e do acompanhamento do Plano de Providências;
	Otimizar a execução orçamentária e financeira	- Redução de consumo; - Melhoria do índice de aplicação dos recursos;
	Melhorar a infraestrutura	- Renovação da frota de veículos para uso em serviço; - Ampliação do número de computadores; - Realização de licitação para obra de reforma do prédio da SFA/SE -; - Não foi exitosa a iniciativa referente a integração da área ocupada pelo DNOCS; - Continuam em tramitação na GRPU processos para reversão de 11 imóveis sob a responsabilidade da SFA/SE
Ambiente de trabalho	Valorizar e integrar a força de trabalho	- Promoção de capacitação em todos os níveis; - Manutenção/ampliação da Coleta Seletiva Solidária;
	Desenvolver comunicação interna	Divulgação interna e externa das ações da SFA/SE.

Com relação às ações ligadas diretamente ao PPA, a Superintendência atua tendo como base o Plano Operativo de cada ação, onde são planejadas as metas físicas e financeiras sempre alinhadas aos objetivos específicos de cada programa do PPA, e os indicadores padrões utilizados pela SFA/SE: Eficácia, Eficiência e Efetividade, que servem medir o desempenho de cada, ação, meta ou programa.

Trimestralmente a unidade realiza reunião de análise crítica com a participação de todos os coordenadores estaduais responsáveis pelas ações que compõe os programas do PPA, objetivando o

acompanhamento da execução das metas físicas programadas e deliberar ações corretivas para eventuais entraves apontados e caso necessário reprogramar as metas.

2.3 – Programas de Governo sob a responsabilidade da SFA/SE:

A Superintendência Federal da Agricultura em Sergipe – SFA/SE operacionalizou os seguintes Programas no exercício de 2010:

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750		Denominação: Programa de Apoio Administrativo.			
Tipo do Programa: Apoio Administrativo					
Objetivo Geral: Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e Gestão de seus programas Finalísticos.					
Objetivos Específicos: Operação dos Serviços Administrativos.					
Gerente: -			Responsável: Augusto César de Mendonça Viana.		
Público Alvo: Governo Federal.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	-	-	-	-

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Superintendência Mantida	31/12/2007	1	1	1	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto:						

Fonte: SIPLAN -- Tabela nº 02

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0356		Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores						
Objetivos Específicos Garantir a Segurança Alimentar.						
Gerente: --				Responsável: Eduardo Luiz Silva Costa.		
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal	12/01/2005	0,770	0,850	0,830	--
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto:						

Fonte: SIPLAN -- Tabela nº 03

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0357		Denominação: Segurança na Sanidade Agropecuária.				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Garantir a Segurança Alimentar.						
Gerente: --				Responsável: Eduardo Luiz Silva Costa.		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	-
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Área Livre de Febre Aftosa em Km²	31/12/2007	1.350.461,710	8.419.530,420	8.419.530,420	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto:						

Fonte: SIPLAN -- Tabela nº 04

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0375		Denominação: Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Salvarguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores						
Objetivos Específicos: Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.						
Gerente:				Responsável: Antonio Carlos Fraga e Silva		
Público Alvo: Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas	31/12/2006	96,00	96,00	94,00	95,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto:						

Fonte: SIPLAN -- Tabela nº 05

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1426	Denominação: Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agro biodiversidade.
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a	

segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.						
Gerente:			Responsável: Naum de Araújo			
Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira	28/02/2003	0,08	0,21	0,20	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de hectares com produção orgânica e o número total de hectares com produção agropecuária nacional.						
Análise do Resultado Alcançado						
Fonte: SIPLAN e Espelho de Programas PPA-2008 a 2011 - Tabela nº 06						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 6003		Denominação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário				
Tipo do Programa: Atividade						
Objetivo Geral: Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos						
Objetivos Específicos: Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário						
Gerente:				Responsável: Naum de Araujo		
Público Alvo: Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	-	-	-	-	
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

2.3.1.1 – Análises Críticas do resultado Alcançado dos Programas:

A Superintendência durante o exercício de 2010 desenvolveu as ações regionalizadas que compõe 06 (seis) programas do PPA, onde o gerenciamento de cada programa é de responsabilidade de cada Coordenador Nacional, para aperfeiçoar o gerenciamento o governo implementou a principal

ferramenta que foi o sistema SIPLAN, onde cabe a cada Coordenador Estadual inserir mensalmente os dados das ações regionais as quais comporão o resultado final de cada Programa.

Depois da inclusão dos dados no sistema Siplan, fica sob a responsabilidade do Coordenador Nacional a consolidação dos mesmos para apuração final dos índices, motivo pelo qual a SFA/SE apresenta os programas do PPA sem os principais índices, assim como a totalização dos valores.

2.3.2. Execução Física das Ações Realizadas pela SFA/SE:

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	122	0750	7416	A	3	Superintendência Mantida (Unid.)	1	1	1
20	125	0356	4745	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	10	10	12
20	125	0356	4746	A	3	Produto Fiscalizado (Ton.)	25.000	93.404	94.000
20	125	0356	8938	A	3	Estabelecimento Inspeccionado (unid)	08	08	11
20	125	0356	8939	A	3	Estabelecimento Inspeccionado (Unid.)	85	85	85
20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	13.000	16.351	18.000
20	604	0357	2139	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	109.000	106.940	110.000
20	604	0357	2180	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	40	38	45
20	125	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	17	07	12
20	604	0357	4842	A	3	Área Livre Febre Aftosa (Km2)	21.910	21.910	21.910
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida (Unid.)	7.200	6.994	10.000
20	603	0357	8572	A	3	Área Controlada (HÁ)	63.000	63.000	63.000
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	06	04	10
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	148	156	136
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	92	92	82
20	125	0375	2141	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	163	212	142
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização Realizada (Unid.)	106	125	118
20	665	1426	8606	A	3	Pessoa Beneficiada (Unid.)	220	573	300
20	122	6003	2B17	A	3	Contrato Fiscalizado (Unid.)	12	23	30

Fonte de dados: SIPLAN - Tabela nº 08

2.3.2.1 - Análises Críticas das Ações realizadas pela SFA/SE:

2.3.2.1.1 - Ações do Programa de Apoio Administrativo – 0750

2.3.2.1.1.1 – Ação de Operação dos Serviços Administrativos das Unidades descentralizadas - Nacional – 4716:

Cumprimento das metas físicas: O crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído sob a coordenação da Secretaria Executiva do MAPA para todas as unidades descentralizadas, sendo definido como indicador **SUPERINTENDENCIA MANTIDA**, no entanto para manutenção da Superintendência e tendo em vista principalmente o objetivo geral do Programa: “Prover os Órgãos da União dos meios Administrativos para a implementação e Gestão de seus programas Finalísticos” – a SFA/SE baliza sua atuação em três diretrizes: - Atendimento aos requisitos legais; - Racionalização dos gastos públicos; e - Motivação e valorização da força de trabalho, e define os seguintes macroprocessos para atingir esse objetivo:

- Execução orçamentária e financeira;
- Gestão de Pessoas;
- Administração da frota de veículos;
- Administração e controle do patrimônio – mobiliário e imobiliário;
- Aquisição e gerenciamento de bens e serviços;
- Gerenciamento de contratos;

Considerando a consecução da maioria das metas físicas das ações finalísticas é evidente a importância e o desempenho favorável das atividades de apoio administrativo para o desenvolvimento das ações de toda a Superintendência.

Ações que apresentaram problemas de execução: As condições das instalações físicas do prédio continuam sendo objeto de maior demanda por parte dos colaboradores e usuários da SFA/SE e os esforços para realização da reforma do prédio não lograram êxito em virtude da rescisão do contrato celebrado para realização da obra de reforma do prédio e da impossibilidade de contratação do licitante remanescente por não atender a habilitação necessária.

2.3.2.1.2 - Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas – 0356

2.3.2.1.2.1 – Ação de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - Nacional – 4745:

O objetivo do trabalho foi fiscalizar o cumprimento da Resolução Normativa nº 4 da CTNBio, de 16 de agosto de 2007, verificando as distâncias mínimas obrigatórias para coexistência entre a lavoura de milho transgênica e a convencional dos vizinhos. A distância de isolamento é exigida pela Resolução Normativa nº 4 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança. Segundo esta norma todo agricultor que cultiva milho geneticamente modificado precisa guardar uma distância do milho convencional de seu vizinho, de modo a garantir o cultivo dos diferentes sistemas de produção de milho. O objetivo deste isolamento é dar aos dois produtores a oportunidade de manter seus produtos diferenciados. Deste modo a fiscalização das regras de coexistência tem importância fundamental na garantia do cumprimento desta norma. Neste sentido foram feitas reuniões com as revendas de semente e empresas produtoras de semente geneticamente modificadas, que atuam no Estado de Sergipe visando à divulgação da norma. Participamos de dias de campo, programas de rádio orientando e esclarecendo produtores rurais que plantam milho OGM para divulgação da Resolução Normativa nº 4 da Comissão Técnica Nacional de Biosegurança. E por fim realizamos fiscalizações, por amostragem, em

agricultores que plantaram milho OGM visando o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores. Como resultados verificaram nas fiscalizações o conhecimento e o cumprimento das regras de coexistência por parte dos agricultores atendendo assim as expectativas do trabalho e o cumprimento das metas estabelecidas.

Para a execução das ações de Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, foram gastos recursos financeiro na ordem de R\$ 5.534,74.

2.3.2.1.2.2 – Ação de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - Nacional – 4746

Podemos considerar satisfatório o ano de 2010 dentro do PI PADCLASSIF no que diz respeito ao percentual programado e realizado. No período de 04 a 08 de outubro de 2010 foi realizado um curso de classificação (atualização) onde juntamente com classificadores da EMDAGRO o classificador Genário Santos/SIFISV/SFA/Se participou do evento para apresentação e discussão da Instrução Normativa nº 06 de 16/02/2009 (arroz) e da Instrução Normativa nº 12 de 28/03/2008 (feijão) onde também foram apresentados e discutidos os novos Regulamentos Técnicos para a classificação e padronização do arroz e do feijão. Para o ano de 2011 estamos na expectativa da montagem de um laboratório e formação de classificadores para classificação do trigo importado (o Moinho de Trigo Indígena S/A-MOTRISA é nosso principal cliente) na SFA/Se para a classificação do produto que atualmente é feita pela EMDAGRO.

Para a execução das ações de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 12.599,71.

2.3.2.1.2.3 – Ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - Nacional – 8938

Cabe a esta ação garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal junto a estabelecimentos que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais. No que se refere ao Estado de Sergipe, somente um estabelecimento de abate detém o serviço oficial (SIF), concorrendo para a oferta de somente 30% de carne inspecionada ofertada ao mercado interno. Na área de leite a condição é favorável a expansão do mercado onde se registram 5 estabelecimentos sob serviço oficial.

Cumprimento das metas físicas: O alcance da metas estabelecidas foi satisfatório, tanto quanto ao projetado no nível nacional, quanto ao estadual. Não ocorreram problemas significativos para o alcance das ações programadas.

$$ICP = 0,6 \times ICA + 0,4 \times ICV$$

$$ICP = 0,6 \times 0,17 + 0,4 \times 1,66$$

$$ICP = 0,10 + 0,67$$

$$ICP = 0,77$$

Ações que apresentaram problemas de execução: Análises das amostras coletadas e enviadas para o laboratório, fundamentais para o diagnóstico de situação referente aos autocontroles exercidos pelos estabelecimentos, por vezes deixam de ser executadas por força de entraves operacionais junto às unidades laboratoriais.

Análise do Resultado Alcançado: Não obstante se verifique a falta de estabelecimentos sob serviço oficial em Sergipe, para atender a demanda na oferta de carne e leite, os estabelecimentos registrados no âmbito do MAPA cumpriram seu papel na oferta de alimentos dentro dos padrões e normas estabelecidos, conferindo a segurança necessária aos produtos produzidos e comercializados.

Para a execução das ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 107.287,73.

2.3.2.1.2.4 – Ação de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal - Nacional – 8939

Para a execução das ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 17.444,43

2.3.2.1.3 - Ações do Programa de Segurança na Sanidade Agropecuária – 0357

2.3.2.1.3.1 – Ação de Vigilância e Fiscalização do trânsito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos - Nacional – 2134

O controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos são executados pela EMDAGRO, sob a supervisão do SIFISV/DDA/SFA-SE visando manter em níveis satisfatórios o estado fitossanitário da agricultura nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres de Pragas Quarentenárias Presentes (A2), através de supervisão/auditorias periódicas, visando o aprimoramento e a implementação das normatizações pertinentes ao trânsito de vegetais seus produtos e insumos, junto aos Postos de Fiscalização Agropecuários da EMDAGRO, estrategicamente localizados nas fronteiras territoriais do Estado de Sergipe.

A Certificação Fitossanitária de Origem – CFO (Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007), e a Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV (Instrução Normativa nº 54, de 06 de dezembro de 2007), são os instrumentos que viabilizam o comércio de vegetais seus produtos e insumos, minimizando os riscos de disseminação de pragas para áreas indenizadas. Portanto as supervisões e auditorias realizadas pelo SIFISV/DDA/SFA-SE visam o aprimoramento na aplicação destes instrumentos.

Para a execução das ações Vigilância e Fiscalização do trânsito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 2.500,00.

2.3.2.1.3.2 - Vigilância E Fiscalização do Trânsito Interestadual De Animais, Seus Produtos e Insumos – Nacional - 2139

Ação desenvolvida em parceria com a EMDAGRO, órgão estadual responsável pela Defesa Sanitária Animal sob a coordenação do Ministério, visando manter em níveis satisfatórios o estado zoossanitário da pecuária nacional, protegendo áreas reconhecidas como livres, a exemplo da Febre Aftosa. As ações desenvolvidas estão pautadas na fiscalização direta exercida através das unidades de fiscalização agropecuária do órgão executor, assim como, em procedimentos de auditoria do SEDESA/DT-SE junto a 10 unidades fixas de fiscalização agropecuária, localizadas na fronteira com os estados de Alagoas e Bahia. Ressaltam-se ainda as fiscalizações realizadas no âmbito intra e intermunicipal realizada pelo órgão estadual ao comércio de animais, produtos e insumos.

Cumprimento das metas físicas: Formula do Cálculo de Índice: O índice de alcance das metas foi de **98,11%**.

$$\text{IFR} = (\text{FR} / \text{FP}) \times 100 = (106.940 / 109.000) \times 100 = \mathbf{98,11\%}$$

IFR = Índice Fiscalização Realizada – FR = Fiscalização Realizada – FP = Fiscalização Programada

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, A falta de repasse de recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA dificultaram os processos de aquisição de equipamentos necessários a renovação da frota de veículos, matérias para atuação a campo entre outros.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios.

Análise do Resultado Alcançado: Além dos resultados alcançados concorreram para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal destacam-se a ausência de enfermidades que concorrem em prejuízos para a saúde do homem, a exemplo das zoonoses.

Para a execução das ações de Vigilância e Fiscalização do transito Interestadual de vegetais, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 2.187,44.

2.3.2.1.3.3 – Ação que objetiva a Erradicação da Febre Aftosa - 4842

Ação desenvolvida por delegação de competência ao Governo do Estado de Sergipe desde 1975. Sua execução se dá através de órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe/EMDAGRO, empresa pública. Através da Lei nº 3.112/91 o estado passou a coordenar as ações do Sistema Único de Saúde Animal atuando no sentido de erradicar e controlar as enfermidades dos animais que concorrem em prejuízos econômicos e riscos para a saúde do homem. No que se refere a erradicação da Febre Aftosa, Sergipe detém desde 2001 o reconhecimento internacional de “**ÁREA LIVRE DE FEBRE AFTOSA COM VACINAÇÃO**” pela Organização Mundial de Saúde Animal/OIE. Destaca-se que durante o exercício de 2010, o custeio das ações relacionadas à manutenção da área livre ocorreu por competência exclusiva do Tesouro Estadual, tendo em vista os recursos financeiros aprovados em convenio com MAPA não foi repassado durante o exercício.

Cumprimento das metas físicas: Formula do Cálculo de Índice: O alcance da metas estabelecida alcançou **100%**.

$$\text{IAC} = (\text{ACE} / \text{ACP}) \times 100 = (21.910 / 21.910) \times 100 = \mathbf{100\%}$$

IAC = Índice Área Controlada – ACE = Área Controlada Executada – ACP = Área Controlada Prevista

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, o atraso na liberação dos recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA tenham dificultado os processos de aquisição de equipamentos necessários a renovação da frota de veículos, matérias para atuação a campo entre outros.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios.

Análise do Resultado Alcançado: Os resultados alcançados concorreram para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal tendo em vista a

manutenção da Área Livre de Febre Aftosa com Vacinação. A inserção do estado junto ao circuito de área livre concorre para a valorização dos preços da produção pecuária.

Para a execução das ações de Erradicação da Febre Aftosa, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 33.112,35.

2.3.2.1.3.4 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – Nacional - 8658

Ação desenvolvida por delegação de competência ao Governo do Estado de Sergipe desde 1975. Sua execução se dá através de órgão vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe/EMDAGRO, empresa pública. Através da Lei nº 3.112/91 o estado passou a coordenar as ações do Sistema Único de Saúde Animal atuando no sentido de erradicar e controlar as enfermidades dos animais que concorrem em prejuízos econômicos e riscos para a saúde do homem. Dentre o rol de enfermidades trabalhadas destacam-se os seguintes programas:

- a) Programa nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
- b) Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.
- c) Programa de Prevenção das Encefalopatias em Bovinos.
- d) Programa Nacional de Sanidade das Aves
- e) Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos.
- f) Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos.
- g) Programa nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos

Durante o exercício de 2010, o custeio das ações relacionadas aos programas acima ocorreu por competência exclusiva do Tesouro Estadual, tendo em vista os recursos financeiros aprovados em convenio com MAPA não foi repassado durante o exercício.

Cumprimento das metas físicas: Formula do Cálculo de Índice: O índice de alcance das metas foi de **97,14%**.

$$IPA = (PA / PP) \times 100 = (6994 / 7200) \times 100 = \mathbf{97,14\%}$$

IPA = Índice Propriedade Atendida – PA = Propriedade Atendida – PP = Propriedade Programada

Ações que apresentaram problemas de execução: Não ocorreram problemas que impedissem o desenvolvimento das ações rotineiras de vigilância epidemiológica, não obstante, a não liberação dos recursos financeiros oriundos do convenio com o MAPA tenham dificultado os processos de aquisição de equipamentos necessários a renovação da frota de veículos, matérias para atuação a campo entre outros.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios.

Análise do Resultado Alcançado: Além dos resultados alcançados concorrerem para continuidade da comercialização interestadual de animais, produtos e subprodutos de origem animal destaca-se a ausência de enfermidades que concorrem em prejuízos para a saúde do homem, a exemplo das zoonoses.

Para a execução das ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 42.836,04.

2.3.2.1.3.5 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – Nacional – 8572

A Agricultura Sergipana, com ênfase a citricultura, tem como principal fator competitivo a ausência de Pragas Quarentenárias Presentes (A2). Portanto, o seu ingresso e disseminação causariam grandes prejuízos econômicos e sociais, tendo em vista que a nossa citricultura é desenvolvida principalmente por pequenos e médios produtores.

Com exceção do Moko da Bananeira, não há registro de ocorrência Pragas Quarentenárias Presentes (A2) no Estado de Sergipe. Portanto, evitar o ingresso e estabelecimento destas pragas e a erradicação do Moko da Bananeira, constituem-se nos objetivos a serem alcançados. Os Levantamentos de detecção e inspeções fitossanitárias periódicas, bem como a educação sanitária, foram instrumentos estratégicos utilizados para alcançar os objetivos propostos.

As atividades referentes às ações da prevenção, controle e erradicação de pragas de vegetais foram desenvolvidas em parceria com a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), sob a supervisão do SEFISV/DDA/SFA-SE. Portanto, diante dos resultados dos levantamentos realizados e análises laboratoriais de amostras, concluímos que os objetivos principais, que é a manutenção da saúde vegetal, prevenção e controle de pragas exóticas, foram alcançados, tendo em vista que o estado de Sergipe mantém o status de livre das principais pragas quarentenárias presentes.

Para a execução das ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 34.965,03.

2.3.2.1.4 - Ações do Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários – 0375

2.3.2.1.4.1 – Ação de Fiscalização de Insumos Destinados alimentação animal - 2124

Cabe a esta ação a fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação; capacitação dos fiscais federais agropecuários em Boas Práticas de Fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processos, implementação das BPF nos estabelecimentos e participação em reuniões, simpósios e congressos internacionais.

Cumprimento das metas físicas: A execução das metas estabelecidas superou **100%**.

Ações que apresentaram problemas de execução: A indisponibilidade de um veículo adequado exclusivo para o desenvolvimento das ações causou atrasos e alterações no cronograma de fiscalizações.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Todas as ações refletiram em resultados satisfatórios. A superação da meta deveu-se à chegada de mais uma fiscal no mês de outubro para desenvolver as ações nesta área o que representou uma diminuição do tempo para conclusão dos processos de registro e autuação.

Análise do Resultado Alcançado: Os resultados alcançados tiveram um impacto significativo na qualidade de produção e oferta ao consumidor de produtos destinados à alimentação animal, coibindo a comercialização de alimentos em condições impróprias de consumo o que pode representar risco à saúde pública se considerarmos que tais alimentos são administrados a animais de produção.

Para a execução das ações de Fiscalização de Insumos destinados Alimentação Animal, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 8.939,54.

2.3.2.1.4.2 – Ação de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário - 2140

Análise do Resultado Alcançado - Ação desenvolvida pelo corpo técnico da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe, tendo sido alcançada a meta física com 92 estabelecimentos fiscalizados. Este resultado representa um aumento de estabelecimentos registrados no Ministério da Agricultura com a orientação de um profissional Responsável Técnico, assegurando a oferta de produtos veterinários em conformidade e proporcionando mais segurança aos consumidores quanto ao uso dos produtos.

Cumprimento das metas físicas: A execução das metas estabelecidas alcançou 100%.

Para a execução das ações de Fiscalização de Produtos de uso Veterinário, seus Produtos e Insumos, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 6.303,04.

2.3.2.1.4.3 – Ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - Nacional - 2141

Em 2010, com a chegada de mais dois fiscais para reforçar a equipe, superamos bastante a meta planejada para número de fiscalizações, também vale lembrar que este número é calculado pela soma dos número de termos de inspeção e fiscalização emitidos (98), termos de coleta de amostra (74) e número de produtos apreendidos(37), sendo este último de difícil previsão.

Sobre os índices de efetividade, vale ressaltar que o índice de conformidade é calculado ponderando os resultados das amostras fiscais pelo peso amostrado, como no Estado a produção maior é de fertilizante mineral simples, em sua grande maioria uréia e cloreto de potássio, este tipo tem maior peso sobre a conformidade.

Para a execução das ações de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 91.985,71.

2.3.2.1.4.4 – Ação de Fiscalização de Semente e Mudás - Nacional - 2179

Quanto ao rendimento do trabalho no Setor de Sementes e Mudás no ano de 2010, consideramos satisfatórios e apesar de termos superado em 3,8% a meta programada para 2010, tivemos uma redução no número de fiscalizações em torno de 14% (Meta executada) em relação ao ano de 2009. Esse resultado reflete a queda nos números de denúncias com relação a existência de viveiros de produção de mudas cítricas ilegais, que por sua vez é reflexo da atual crise que a citricultura sergipana vem passando levando ao desestímulo a produção de mudas e plantio de novos pomares, inclusive levando ao abandono de diversos viveiros telados de produção de mudas cítricas.

Quanto a Comissão de Sementes e Mudás de Sergipe o atual Presidente Antônio Carlos Fraga participou da reunião anual da CSM-PR, no segundo semestre de 2010, e retomou as discussões na CSM-SE, em outubro de 2010, onde tratou da atual crise que o sistema de produção de mudas cítricas em viveiro telado vem passando no Estado de Sergipe.

Para a execução das ações de Fiscalização de Semente e Mudás, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 96.251,38.

2.3.2.1.5 - Ação do Programa de Conservação, Manejo e uso Sustentável da Agrobiodiversidade – 1426**2.3.2.1.5.1– Ação de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico - Nacional - 8606**

As metas físicas foram amplamente superadas em função do somatório de forças das entidades parceiras componentes da Comissão de Produção Orgânica de Sergipe-CPOrg-SE. É importante frisar que a execução da meta superior a 260% da inicialmente estipulada é, de certa forma, natural, tendo em vista que o processo de organização do setor orgânico no Estado está em crescimento. O estágio atual da agricultura orgânica em Sergipe é marcado por poucos agricultores Certificados e por uma série de outros que estão à margem do processo. O nosso trabalho tem sido identificar esses produtores e levar informação para que eles consigam organização suficiente para o atendimento da legislação do setor. Neste contexto, identificamos, em conjunto com parceiros estaduais, um universo inicial de 100 produtores para serem capacitados através de palestras e reuniões e cadastrarem-se no MAPA através de OCS's. O objetivo também leva em consideração a distribuição da informação para os consumidores destes produtos, além de técnicos da área agropecuária. Neste sentido foi direcionada a ação da VI Semana do Alimento Orgânico. Avaliamos positivamente os resultados alcançados em 2010, traduzido, sobretudo, pelo cadastramento efetivo junto a SFA-SE, de cinco Organizações de Controle Social no Estado, inserindo na legalidade os produtores orgânicos familiares sergipanos.

Para a execução das ações de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 3.363,33.

2.3.2.1.6 - Ação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.– 6003**2.3.2.1.6.1 - Ação de Fiscalização de Contrato de Repasse - 2B17**

O Estado de Sergipe, conta com 60 municípios contemplados com contratos de repasse, no entanto a execução física das ações realizadas tem sido de acordo com a demanda do DIEL/SDC/MAPA, que solicitou a fiscalização de 12 contratos de repasse.

As metas físicas foram superadas em virtude da verificação de inconformidades encontradas em alguns contratos, havendo necessidade de maior índice de fiscalização. Os problemas encontrados foram tomados as providências necessárias, para correção.

Conforme fiscalização “IN LOCO”, foi verificado que o Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário tem alcançado os objetivos nas ações, principalmente o atendimento ao pequeno agricultor e a população dos municípios em geral.

As ações realizadas constaram de preparo do solo, plantio, roçagens de pastos, construções e recuperações de estradas vicinais, construções de cisternas, limpeza e recuperação de pequenas barragens.

Considerando que 70 contratos de repasse, foram analisados, mas, somente 49 foram empenhados somando um valor de R\$ 10.275,197, 00.

Para a execução das ações de Fiscalização de Contrato de Repasse, foram gastos recursos financeiros na ordem de R\$ 4.090,81.

Conforme o demonstrativo da tabela nº 08, onde expõe a execução física das ações realizadas, verificamos que foram 19 (dezenove) as ações finalísticas que a SFA/SE executou, onde 16 (dezesseis)

ações ultrapassaram a meta prevista, ou seja, a unidade atingindo o percentual de 84% das ações físicas realizadas, logo fica evidenciado o desempenho excelente na execução das metas físicas.

2.4 – Desempenho Orçamentário / Financeiro

2.4.1 – Movimentação Orçamentária e por Grupo de Despesa:

Valores em R\$1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130028	09272008901810001	41.693	-	-
			20122075020000001	6.967	-	-
			2012103601K400001	-	-	18.150
			20122075020000001	-	-	8.230
			20122075047160001	-	-	637.596
			20122144222720001	-	-	3.668
			2012260032B170001	-	-	4.560
			20125035647450001	-	-	9.800
			20125035647460001	-	-	14.634
			20125035689380001	-	-	123.914
			20125035689390001	-	-	20.181
			20125037520190001	-	-	1.000
			20125037521240001	-	-	11.900
			20125037521400001	-	-	7.300
			20125037521410001	-	-	59.500
			20125037521790001	-	-	75.756
			20125037529090001	-	-	6.578
			20128036045720001	-	-	14.520
			20601144285910001	-	-	9.191
			20603035721340001	-	-	9.100
			20603035721800001	-	-	5.000
			20603035785720001	-	-	40.722
			20604035721390001	-	-	81.000
			20604035748420001	-	-	368.323
			20604035786580001	-	-	356.443
			20665035647230001	-	-	3.670
	30665142686060001	-	-	3.610		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130028	20122075020000001			59.100
			20125134421210001			7.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130028	20122075047160001	75.314	-	-
			20125035689380001	5.600	-	-
			20125037521400001	4.000	-	-
			20125037521410001	70.000	-	-
			20125037521790001	130.000	-	-
			20603035721340001	296.000	-	-
			20603035785720001	902.300	-	-

			20604035786580001	1.185.350	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 09

2.4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela SFA/SE por Movimentação

2.4.2.1 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos pela SFA/SE:

Valores em R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	560.000	-	-	-
Concorrência	--	-	-	-
Pregão	738.530	1.122.537	486.159	559.169
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	76.834	169.475	62.200	135.386
Inexigibilidade	106.340	78.070	99.340	73.912
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	20.603	8.578	20.384	7.887
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	246.248	315.806	246.248	315.806
Outros				

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 10

2.4.2.2 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação:

Valores em R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008.00	-	-	-	-	-	-	26.891	48.660
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
339014.00	246.248	315.806	246.248	315.806	0	0	246.248	315.806
339037.00	293.552	313.758	293.552	313.758	25.734	30.581	267.818	283.177
339039.00	220.221	235.983	220.221	235.983	21.841	25.586	198.379	208.977
Demais elementos do grupo	253.065	259.859	253.065	259.859	46.908	32.750	204.411	220.769

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 11

2.4.2.3 – Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação:

Valores em R\$1,00

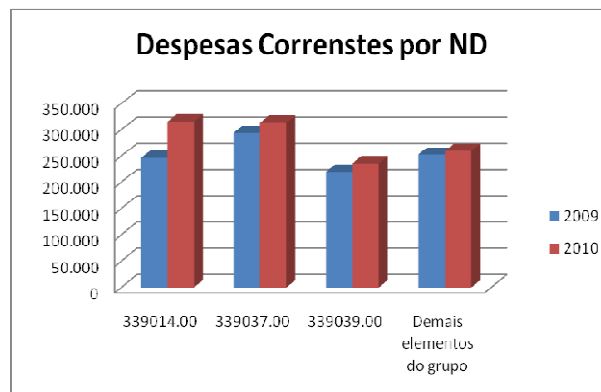
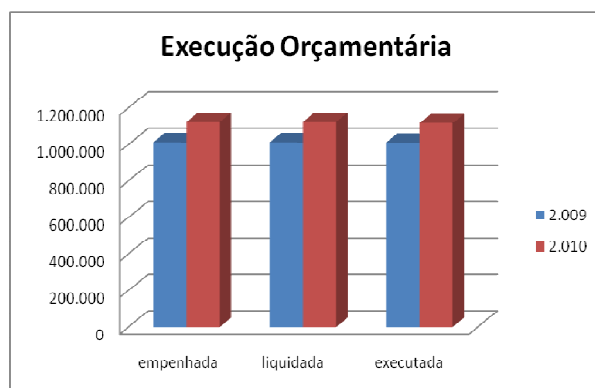
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
449052.00	175.783	585.983	175.783	585.983	175.783	504.937	-	81.046
449051.00	560.000	-	560.000	-	560.000	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 12

Análise Crítica

Alterações significativas ocorridas no exercício: a execução orçamentária da SFA/SE não sofreu alteração significativa no período, apresentando desempenho semelhante ao atingido em 2009 - o montante empenhado/liquidado teve acréscimo de 11% e a aplicação (valores pagos e inscritos em RP) 10%. Tanto em 2009 quanto em 2010 a aplicação superou 99% do montante empenhado/liquidado. Ressalta que em 2010 o elemento de despesa de maior montante recebido foi para pagamento de Diárias a servidores, natureza esta relacionada diretamente com o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Para realização das despesas o PREGÃO foi a modalidade de contratação mais utilizada (66% do montante liquidado), sendo que aproximadamente 50% ficou inscrito em RP.



Contingenciamento no exercício: o contingenciamento sofrido não impactou a execução das ações da SFA/SE.

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: dificuldade na execução orçamentária ocasionada pelo retorno de processos analisados pela CJU (NAJ) sem tempo hábil para realizar licitação (Registro de Preços para aquisição de veículo e Pregão para aquisição de elevador), prazos alongados, retornos/diligências sucessivas e/ou manifestação para indeferimento do procedimento.

A execução orçamentária também foi afetada pela redução significativa dos preços orçados em relação aos praticados após os lances dos Pregões (aproximadamente 25%) que embora seja considerado um evento positivo reduziu o índice de execução uma vez que os pregões de maior vulto aconteceram no final do exercício não permitindo utilização dos créditos.

2.4.3 – Indicadores Institucionais:

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através da Portaria nº 1.030, de 22 de outubro de 2010, estabeleceu 06 (seis) indicadores para as metas globais de desempenho Institucional para o exercício de 2010, quais sejam:

I – Grau de entendimento dos gerentes sobre a gestão estratégica - tendo como meta a média de 3,2 (três virgula dois) pontos nas respostas obtidas por meio do questionário;

II – Índice de Capacitação em Competências - para desenvolver as competências individuais dos servidores e alcançar a efetividade organizacional, tendo como meta 30 (trinta) horas cursadas em eventos por servidor;

III – Números de Cultivares Protegidas - com objetivo na ampliação do capital intelectual protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio, com meta de 1.550 (mil quinhentos e cinquenta) cultivares protegidas;

IV – Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal - para a qualidade dos produtos de origem vegetal com meta de 0,75 (zero virgula setenta e cinco);

V - Taxas de Área Agrícola Amparada por seguro Rural Subvencionado – com objetivo de buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas para o agronegócio, com meta de 24,84% (vinte e quatro virgula oitenta e quatro por cento) da área separada com subvenção em relação à área total plantada das lavouras permanentes e periódicas do país;

VI – Índice de Ações e Promoção Internacional para promover o Agronegócio Brasileiro no Exterior – com meta de 11,57 (onze virgula cinquenta e sete) no índice formado pela soma dos pesos ponderados das atividades executadas pelas diferentes unidades do departamento de Promoção Internacional do Agronegócio –DPI.

2.4.3.1 – Resultados dos Indicadores Institucionais:

Seis são os indicadores institucionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e adotados pela SFA/SE, porém as ações da Superintendência projetam impacto direto em três dos indicadores criados, os quais apresentamos os resultados a seguir:

Indicadores Criados, os quais apresentamos os resultados a seguir.						
Indicador:	Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica	RESULTADO				
		Grau de Entendimento dos Gerentes sobre a Gestão Estratégica				
Fonte de Dados:	Relatório AGE	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	Meta p/ 2010
Frequência de Aferição	Anual	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Unidade de Medida:	Número Absoluto					
Critério de Acompanhamento	Status					
Fórmula de Cálculo: Média das respostas do questionário de nível de conhecimento sobre a Gestão Estratégica do MAPA.						
Polaridade: Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Tabela nº 13

Indicador:	Índice de Capacitação em Competências	RESULTADO				
		Índice de Capacitação em Competências (%)				
Fonte de Dados::	SIPLAN - PI Capacita	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	Meta p/ 2010
Frequência de Aferição:	Trimestralmente	7,26%	28,25%	52,21%	73,85%	30,00%
Unidade de Medida:	Hora / Servidor					
Critério de Acompanhamento	Acumulado					
Fórmula de Cálculo : Número total de horas cursadas em eventos de curta e média duração (até 360h) *2 + Número total de horas cursadas em eventos de longa duração (acima 360h) *1:3 : Número total de servidores ativos no MAPA						
Polaridade: Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Tabela nº 14

Tabela nº 14

Indicador:	Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal	RESULTADO				
		Índices de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal				
Fonte de Dados::	DIPOA / DIPOV	1ºTrimestre	2ºTrimestre	3ºTrimestre	4ºTrimestre	Meta p/ 2010
Frequência de Aferição:	Trimestralmente	0,93	1,00	1,11	1,13	0,83
Unidade de Medida:	Número Absoluto					
Critério de Acompanhamento	Acumulado					
Fórmula de Cálculo : (0,5 x nº de estabelecimentos inspecionados - vinho e bebidas / nº de estabelecimentos programados na LOA - vinho e bebidas) + (0,5 x nº de amostras de produtos em conformidade - qualidade vegetal / nº total de amostras analisadas - qualidade vegetal)						
Polaridade: Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Tabela nº 15

2.4.3.3 - Indicadores de Desempenho Operacional:

O Resultado apresentado tem como base os macro-processos que a unidade executa como ações diretas dos programas do PPA/2008 a 2011, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, os dados apresentados estão consolidados no sistema SIPLAN e são de responsabilidade do chefe de cada Seção ou Serviço conforme demonstrado na tabela.

a) - Indicadores das Fiscalizações Realizadas

Indicador:	Índice de Fiscalizações	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Fiscalização Agropecuária Realizada	2009	2009	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	98,42,7%	114%	282,00	324,00	95%	89,15%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG						

Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:	Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada – (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:	Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:	Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 16

b) - Indicadores da Classificação e Padronização de Produtos Vegetais

Indicador:	Índice de Classificação e Padronização.	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Padronização e Classificação Realizada	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.						
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG	202,0%	373%	0,11	0,13	0,00%	100,00%
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:	Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada - (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:	Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:	Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 17

c) - Indicadores da Inspeção de Produtos de Origem Animal, Vegetal e seus Subprodutos

Indicador:	Índice de Inspeção	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Inspeção Realizada	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.						
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG	100%	100%	1.073,15	1.360,81	90,0%	97,85%
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:	Relação Percentual de Fiscalização: Programada X Executada - (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:	Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor						
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:	Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor						

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 18

d) - Indicadores das Ações de Defesa Vegetal.

Indicador:	Índice de Defesa Sanitária Vegetal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Área Controlada	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	100%	100%	53,00	0,60	90,00%	100,00%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Supervisão/Auditoria: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Gasto (R\$) Dividido pelo Nº Atividades Realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 19

e) - Indicadores das Ações de Defesa Animal.

Indicador:	Índice de Defesa Sanitária Animal	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Área Controlada	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	100%	99,26%	0,60	2,64	90,00%	100%
Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA						
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA						
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:		Relação Percentual de Supervisão/Auditoria: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:		Valor Gasto (R\$) Dividido pelo N° Atividades Realizadas, Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:		Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 20

f) - Indicadores da Vigilância Agropecuária no Estado.

Indicador:	Índice de Vigilância Agropecuária	RESULTADO					
		TIPO DE INDICADORES					
		EFICÁCIA (%)		EFICIÊNCIA (R\$)		EFETIVIDADE %	
Atividade:	Partida Realizada	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Método de Aferição:	Mensalmente é Registrado no Sistema SIPLAN os dados realizados para a Atividade.	93,0%	101%	189,42	0,04	100%	100%

Área Responsável pelos Dados:	Serviço de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO					
Área Responsável pelo Cálculo:	Seção de Planejamento e Acompanhamento – SPA					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficácia:	Relação Percentual de Partida inspecionada: Programada X Executada (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Eficiência:	Nº de Fiscalizações Realizadas, Dividido pelo Valor Gasto (R\$) Resultado Desejado: Quanto menor melhor					
Fórmula de Cálculo - Ind. Efetividade:	Relação Percentual de Conformidade na Execução da Atividade (%) - Resultado Desejado: Quanto maior melhor					

Fonte de dados: SIPLAN -- Tabela nº 21

No Paineiro de indicadores acima a Superintendência apresenta 06 (seis) macro-processos das atividades que exercem impacto direto no aspecto econômico e social do Estado, os dados expostos são extraídos da tabela nº 08 que mede a execução Física das Ações que compõe cada macro-processo, que por sua vez apresenta 03 (três) indicadores para cada macro-processo, os quais apresentamos individualmente:

a) Ações de Fiscalizações Realizadas:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Desfavorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Desfavorável

b) Ações de Classificação e Padronização de Produtos Vegetais:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Desfavorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável

c) Ações de Inspeção de Produtos de Origem Animal e seus Subprodutos:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Desfavorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável

d) Ações de Defesa Sanitária Vegetal:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável

e) Ações de Defesa Sanitária Animal:

Indicador de Eficácia - Desempenho Desfavorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Desfavorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável

f) Ações de Vigilância Sanitária Agropecuária:

Indicador de Eficácia - Desempenho Favorável

Indicador de Eficiência - Desempenho Favorável

Indicador de Efetividade - Desempenho Favorável

De um modo geral o desempenho dos macro-processos da Superintendência no exercício de 2010 foi bastante favorável em relação ao ano de 2009, no entanto, pelo segundo ano consecutivo o nosso desempenho em relativo ao indicador de eficiência foi desfavorável em quatro dos seis macro-

processos principais que a unidade trabalha, ou seja, as medidas adotadas durante o exercício com objetivo de aperfeiçoar e melhorar o nosso desempenho no indicador de eficiência não surtiram o efeito desejado.

O macro-processo de Inspeção Agropecuária foi o que teve o menor desempenho no indicador de eficiência, onde registrou R\$ 1.360,81 por estabelecimento inspecionado. Esse será o macro-processo que a Superintendência dispensará maior atenção para melhorar os índices do indicador.

3.0 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE

4.0 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.746	-	1.746	-
2008	2.256	-	2.256	-
...	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	830.268	358.087	472.180	-
2008	76.819	15.189	61.630	-
...	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: Sistema Siafi Gerencial -- Tabela nº 22

4.2 – Análise Crítica

O aumento substancial no montante de RP não processado em 2009 deve-se ao contrato assinado para execução da obra de reforma do prédio da superintendência, bem como a realização de pregão para aquisição de material de consumo ambos realizados no final do exercício, sem tempo hábil para entrega dos materiais adquiridos. Quanto aos cancelamentos ocorridos cita-se que 93% deve-se à rescisão contratual da obra por inexecução por parte do contratado ensejando impossibilidade de utilização dos valores inscritos.

5.0 - Composição do Quadro de Servidores Ativos:

5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	100	67	6	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira	100	64	6	0
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	100	64	6	0
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-

1.2.4	Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3	Servidores com Contratos Temporários				
1.4	Servidores Cedidos ou em Licença	0	3	0	1
1.4.1	Cedidos	-	3	-	1
1.4.2	Removidos	-	-	-	-
1.4.3	Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4	Licença não remunerada	-	-	-	-
2	Provimento de cargo em comissão	-	1	0	0
2.1	Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2	Grupo Direção e Assessoramento superior	-	1	0	0
2.2.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	1	-	-
2.2.4	Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5	Aposentado	-	-	-	-
2.3	Funções gratificadas	-	-	0	0
2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3	Total	100	68	6	1

Fonte: Sistema Siape Posição em 31/12/2010 -- Tabela nº 23

5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	5	3	22	24	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	5	3	20	23	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	2	1	-
2.Provimento de cargo em comissão	0	0	1	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	1	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Siape Posição em 31/12/2010 -- Tabela nº 24

5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	0	1	33	33	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	1	31	32	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	2	1	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	0	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	1	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema Siape Posição em 31/12/2010 -- Tabela nº 25

5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativo – Situação Apurada em 31/12/2010:

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	88	1
1.1 Voluntária	73	1
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	13	-
1.4 Outras	2	-
2 Proporcional	96	0
2.1 Voluntária	94	-
2.2 Compulsório	1	-
2.3 Invalidez Permanente	1	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: Sistema Siape Posição em 31/12/2010 -- Tabela nº 26

5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010:

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	214	6
2. Proporcional	111	3

Fonte: Sistema Siape Posição em 31/12/2010 -- Tabela nº 27

5.6 – Composição do Quadro de Estagiários:

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	5	5	5	5	32.462
□ Área Fim	3	3	3	3	
□ Área Meio	2	2	2	2	
Nível Médio	5	5	5	5	19.032
□ Área Fim	3	3	3	3	
□ Área Meio	2	2	2	2	

Fonte: Sistema Siape -- Tabela nº 28

5.7 – Quadro de Custo de Recursos Humanos nos Exercício de: 2008, 2009 e 2010:

Valores em R\$1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	7.542.934	-	2.506.071	258.142	689.547	541	57.930	11.055.168

2009	9.136.530	-	3.455.503	397.236	699.128	735	31.078	13.720.212
2010	10.132.509		4.458.892	510.126	565.261	129.874	29.493	15.826.157
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	15.626	-	15.297	-	2.748	-	-	33.672
2009	52.803	-	7.379	-	2.538	-	-	62.721
2010	114.110	-	55.016	-	12.286	3.613	2.019	187.046
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
-2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	409.790	103.759	248.823	87.993	10.987	3.719	-	865.074
2009	427.824	109.322	402.849	75.932	10.077	1.883	11.845	1.039.734
2010	447.099	101.132	430.419	84.283	19.609	3.837	5.917	1.092.299
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	299.554	43.263	229.159	85.206	20.274	2.926	5.772	652.157
2009	474.122	47.784	274.168	73.188	19.236	4.997	1.311	894.808
2010	513.179	49.604	267.107	64.295	41.152	17.588	2.469	955.397

Fonte: Sistema Siape -- Tabela nº 29

5.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva:

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE													
UG/Gestão: 130028 - 00001							CNPJ: 00.396.895/0023 - 30						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	008/2008	06.001.810/0001-49	01/07/09	30/06/10	6	6	0	0	0	0	E
2010	L	O	013/2010	02.945.243/0001-29	01/07/10	01/07/10	6	6	0	0	0	0	A
2008	V	O	012/2008	02.081.574/0001-67	01/09/08	31/08/11	0	0	4	4	0	0	P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 30

5.9 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra:

Unidade Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE									
UG/Gestão: 130028 - 00001					CNPJ: 00.396.895/0023 – 30				
Informações sobre os contratos									
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
						F	M	S	

					contratadas								
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	009/2005	02.945.243/0001-28	14/11/05	14/11/10	0	0	7	7	0	0	E
2010	1	O	016/2010	07.951.388/0001-55	23/11/10	23/11/11	0	0	6	6	0	0	A
2008	3	O	009/2008	06.001.810/0001-49	01/07/08	30/06/10	1	1	0	0	0	0	E
2010	3	O	014/2010	02.945.243/0001-29	01/07/10	01/07/11	1	1	0	0	0	0	A
2008	4	O	010/2008	03.425.351/0001-32	01/07/08	30/06/10	1	1	0	0	0	0	E
2010	4	O	017/2010	04.092.614/0001-00	22/11/10	22/11/11	1	1	0	0	0	0	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 31

5.10 – Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra:

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
012/2008	8	4	SFA/SE – SEDE
013/2010	7	6	SFA/SE – SEDE
014/2010	3	1	SFA/SE – SEDE
016/2010	1	6	SFA/SE – SEDE
017/2010	4	1	SFA/SE – SEDE

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Sistema Siafi -- Tabela nº 32

5.11 – Indicadores Gerenciais sobre recursos humanos

Atualmente a Superintendência trabalha com indicadores de eficácia como: Índice de dias de afastamento por Licença Médica, Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica, Índice de FFA's afastados, Índice de Técnicos Agropecuários afastados, Índice de Servidores Administrativos afastados, Índice de atendimento às aposentadorias em 30 dias, Produtividade na Concessão de Aposentadoria, abaixo os resultados alcançados nos últimos exercícios:

PAINEL DE INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS

PROCESSO	INDICADOR	META	2008	2009	2010	DESEMPENHO
Concessão de Benefício (1)	Índice de Pensão incluída no SISAC	100	100	100	100	=
	Índice de Aposentadoria incluída no SISAC	100	0	100	100	=
	Quantidade de Aux Funeral Concedido		15	6	11	
	Quantidade de Aux Natalidade Concedido		0	0	0	
	** Índice de Serv Benef com Aux Alimentação		99	96	97	
	** Índice de Serv Benef com de Aux Transporte		60	56	43	
	Índice de Serv Benef Aux Insalubridade		50	45	45	
	** Índice de Serv Benef com Aux Pré Escolar		9	5	7	
Licença Médica	Índice de Dias de Afastamento por Licença Médica	≤ 5	5	4	2	↑
Treinamento/ Capacitação	Índice de universalização das ações de treinamento	100	65	98	65	↓
	Número de Horas de Treinamento		3148	3474	2511	↓
Recadastramento	Índice de Recadastramento de Aposentados	100	100	100	80	↓
	Índice de Recadastramento de Pensionistas	100	100	100	83	↓

LEGENDA:

↑ MELHOR

↓ PIOR

= IGUAL

NOTA:

100% dos servidores que requerem benefício (e têm direito) são atendidos;

** Constam como ação do Programa Governamental APOIO ADMINISTRATIVO (código 0750) que tem como órgão responsável o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Fonte: Planilha de Acompanhamento da Execução de Atividades -- Tabela nº 33

ÁREA	INDICADOR	MOD.	FÓRMULA	Resultado		
				2008	2009	2010
PESSOAL	Índice de dias de afastamento por Licença Médica	EFICÁCIA	(nº de dias de afastamento / nº de servidores x período apurado)*100	5,04	3,60	1,68
	Índice de Servidores Totais Afastados por Licença Médica	EFICÁCIA	(nº de servidores afastados / nº total de servidores ativos)*100	7,46	4,68	3,31
	Índice de FFA's afastados	EFICÁCIA	(FFA's afastados / FFA's ativos)*100	4,63	3,70	4,76
	Índice de Técnicos Agropecuários afastados	EFICÁCIA	(Técnicos Agropecuários afastados / Téc Agropec ativos)*100	2,08	0,93	0
	Índice de Servidores Administrativos afastados	EFICÁCIA	(Servidores Adm. afastados / Servidores Adm ativos)*100	11,78	8,33	3,91
	Índice de atendimento às aposentadorias em 30 dias	EFICÁCIA	(nº de aposentadorias concedidas / nº de aposentadorias solicitadas)*100	0	100	100
	Produtividade na Concessão de Aposentadoria	EFICIÊNCIA	(nº de aposentadorias concedidas / nº de servidores envolvidos)	0	0,06	0,08

Fonte: Planilha de Acompanhamento da Execução de Atividades -- Tabela nº 34

- *Índice de afastamento por licença médica* – reduziu em todos os níveis;
- *Índice de Produtividade na Concessão de Aposentadoria*: somente demonstram o esforço individual despendido pelos servidores envolvidos na execução das respectivas atividades, haja vista que toda a demanda que atende aos requisitos legais é realizada.
- *Índice de Universalização de Ações de Capacitação* – redução significativa do resultado apurado principalmente pela ausência de plano de capacitação que atenda todos os servidores.

6.0 – Transferências Efetuadas no Exercício:

6.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência:

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE									
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30					UG/GESTÃO: 00001				
Informações sobre as transferências									
Mod alid ade	Nº do instrum ento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapar tida	No exercício	Acumulad o até exercício	Início	Fim	
1	723564/ 2009	Associação Sergipana dos Criadores de Caprinos e Ovinos - Ascco/SE	165.600,	15.600,	150.000,	165.600,	30/12/09	26/02/11	4
1	707128/ 2009	Comunidade José Ribamar, Cuiabá e Pioneira	179.426,	16.318	163.108,	179.426,	20/11/09	03/12/10	4
1	742421/ 2010	Emdagro / SE	667..300,	68.000,	0,00	667..300,	01/07/10	30/06/11	1
1	743701/ 2010	Emdagro / SE	2.109.985,	210.998,,	0,00	2.109.985,	01/07/10	30/06/11	1
2	51832	Aquidabã	140.000,	3.500,	136.500,	140.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	51625	Areia branca	165.000,	25.000,	140.000,	165.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	26578	Amparo S. Francisco	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	58410	Amparo S. Francisco	106.350,	3.000,	103.350,	106.350,	31/12/10	31/12/11	1
2	58745	Amparo S. Francisco	200.000,	5.000,	195.000,	200.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	58686	Araua	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	49040	Araua	200.000,	5.000,	195.000,	200.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	58621	Barra dos Coqueiros	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	58658	Brejo Grande	140.000,	3.500,	136.500,	140.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	32864	Brejo Grande	130.000,	3.500,	126.750,	130.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	51503	Campo do Brito	140.000,	3.500,	136.500,	140.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	22567	Canhoba	150.050,	3.800,	146.250,	150.050,	31/12/10	31/12/11	1
2	43156	Canhoba	210.000,	15.000,	195.000,	210.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	51776	Canhoba	140.000,	3.500,	136.500,	140.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	71322	Canindé	530.000,	115.625,	414.375,	530.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	37632	Carira	208.333,	13.333,	195.000,	208.333,	31/12/10	31/12/11	1
2	26373	Cedro de São João	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	19782	Cristinópolis	130.000,	13.000,	117.000,	130.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	19790	Cristinópolis	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	24085	Cumbe	105.000,	7.500,	97.500,	105.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	43120	Cumbe	210.000,	15.000,	195.000,	210.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	26928	Estância	512.000,	24.500,	487.500,	512.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	43487	Feira Nova	459.750,	30.750,	429.000,	459.750,	31/12/10	31/12/11	1
2	65751	Gararu	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	56457	Gararu	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1

2	61364	General Maynard	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	46037	General Maynard	102.900,	5.400,	97.500,	102.900,	31/12/10	31/12/11	1
2	39765	Itaporanga	205.000,	10.000,	195.000,	205.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	32927	Japoatã	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	57948	Macabira	208.333,	13.333,	195.000,	208.333,	31/12/10	31/12/11	1
2	26316	Malhador	135.950,	9.200,	126.750,	135.950,	31/12/10	31/12/11	1
2	39937	Monte Alegre	490.000,	70.750,	419.250,	490.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	50598	Neópolis	440.000,	11.000,	429.000,	440.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	71823	Nossa Sra. de Aparecida	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	47043	Nossa Sra. de Aparecida	100.000,	2.500,	97.500,	100.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	41658	Nossa Sra. de Lourdes	200.000,	5.000,	195.000,	200.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	24430	Pacatuba	180.000,	33.750,	146.250,	180.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	21919	Pedra Mole	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	49389	Pedrinhas	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	52837	Pinhão	201.030,	6.030,	195.000,	201.030,	31/12/10	31/12/11	1
2	50530	Ribeirópolis	150.000,	3.750,	146.250,	150.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	38782	Ribeirópolis	300.000,	7.500,	292.500,	300.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	9843	Ribeirópolis	490.000,	51.250,	438.750,	490.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	38671	Salgado	151.250,	5.000,	146.250,	151.250,	31/12/10	31/12/11	1
2	37158	Salgado	151.250,	5.000,	146.250,	151.250,	31/12/10	31/12/11	1
2	26548	Santo Amaro	230.000,	35.000,	195.000,	230.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	51898	São Cristóvão	490.000,	61.000,	429.000,	490.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	43311	Tobias Barreto	200.000,	5.000,	195.000,	200.000,	31/12/10	31/12/11	1
2	71895	Umbaúba	423.000,	8.625,	414.375,	423.000,	31/12/10	31/12/11	1

LEGENDA**Modalidade:**

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Sisconv Tabela nº 35

6.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela SFA/SE nos Três Últimos Exercícios:

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE						
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30				UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	03	1	4	1.243.077,	58.000,	83.970,
Contrato de Repasse	27	31	49	6.395.000,	10.997.220,	9.593.600,
Termo de Parceria						163.108,
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	30	32	53	7.638.077	11.055.220,	9.840.678,

Fonte: Sistema Sisconv -- Tabela nº 36

6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e exercício seguintes:

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30			UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	4	169.270,	83.970,	85.300,	49,60%
Contrato de Repasse	49	19.868.797,	9.593.600,	10.275.197,	47,60%
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	53	20.038.067,	9.677.570,	10.360.497,	50,00%

Fonte: Sistema Sisconv -- Tabela nº 37

6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela SFA/SE na Modalidade de Convênio e de Contrato de Repasse:

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE					
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30			UG/GESTÃO: 130028 - 00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		01	-
		Montante Repassado		83.970,	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
			Montante Repassado (R\$)	-	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	01	-
			Montante Repassado (R\$)	300.000,	-
2009	Contas prestadas	Quantidade		02	-
		Montante Repassado (R\$)		653.999,	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		--	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		02	-
		Montante Repassado (R\$)		492,625,	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-
Anterior a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-

Fonte: Sistema Sisconv -- Tabela nº 38

6.5 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse:

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome: Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe – SFA/SE	
CNPJ: 00.396.895/0023 - 30	UG/GESTÃO: 130028 - 00001

Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	1	-
		Montante repassado (R\$)	83.970,	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	01
			Montante repassado (R\$)	300.000,
2009	Quantidade de contas prestadas		02	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	-
		Quantidade Reprovada		-
		Quantidade de TCE		-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-
		Montante repassado (R\$)	653.999,,	-
2008	Quantidade de contas prestadas		02	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	02	-
		Quantidade Reprovada	-	-
		Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	492.625,	--
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
		Montante repassado	-	-

Fonte: Sistema Sisconv -- Tabela nº 39

Com relação aos instrumentos celebrados nos três últimos exercícios verifica-se que aconteceu uma evolução de aproximadamente de 40% do exercício de 2009 para o exercício de 2010, alusivo a Contratos de Repasse, já no caso de celebração de Convênio percebesse que houve uma situação estável, nos exercícios registrados.

Quanto as Prestações de Contas informamos apenas os valores relativos aos instrumentos de convênios, uma vez que cabe a Superintendência nos caso de Contratos de Repasse apenas o acompanhamento técnico da execução e ou cumprimento das metas previstas, cabendo sim ao órgão central toda a gestão concernente as Prestações de Contas.

07 - Estrutura de controles internos da UJ:

A estratégia de atuação do Ministério da Agricultura, no que se refere aos Controles Internos acontece da seguinte forma: o órgão central mantém uma Coordenação nacional com acesso ao publico pelo portal, onde recebe analisa, apura e solicita providencias para resolução das pendências e conflitos.

08 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis:

Em cumprimento ao Decreto nº 5.940/2006 que institui a Coleta Seletiva Solidária nos órgãos e entidades da administração pública e sua destinação às associações e cooperativas de catadores, a SFA/SE assinou, em julho de 2007, Termo de Cooperação Técnica para destinação do material reciclável à CARE – Cooperativa dos Agentes Autônomos de Aracaju, que atua como ponto de coleta

voluntária dos materiais recicláveis dos servidores e colaboradores. Na tabela abaixo o resumo do volume de material reciclável repassado à Cooperativa.

Não foram implementados itens relacionados às Licitações Sustentáveis em conformidade à IN SLTI – MP nº 01/2010.

EXERCÍCIO \ MATERIAL	METAIS			PAPEL / PAPELÃO			VIDROS		PLÁSTICOS		TOTAL
	AÇO	ALUMINIO	LATA	APARA	JORNAL	PAPELÃO	LITRO	VIDRO	PET	PLASTICO	
2007	1	4	9	223	107	110	6	16	32	18	526
2008	26	3	72	331	246	269	0	24	0	34	1.005
2009	15	0	59	945	353	368	0	0	0	9	1.749
2010	0	0	47	949	475	404	0	0	0	43	1.918
TOTAL	42	7	187	2.448	1.181	1.151	6	40	32	104	5.198

09 - Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial:

9.1 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial em Propriedade da União:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Sergipe	12	12
	Aracaju	1	1
	Campo do Brito	1	1
	Capela	1	0
	Frei Paulo	1	1
	Indiaroba	1	1
	Itabaiana	1	1
	Itabaianinha	1	1
	Japoatã	2	2
	Nossa Senhor das Dores	2	2
	Riachão do Dantas	1	1
	Riachuelo	1	1
Subtotal Brasil		13	12
EXTERIOR	----	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		13	12

Fonte: Sistema Spsiu Net -- Tabela nº 40

9.2 - Distribuição dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

9.3 - Distribuição dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da SFA/SE:

UG	RIP	Regime	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130028	3105.00124.500-0	21	5	238.918,69	31.07.02	1.151.253,10	0,00	0,00
130028	3119.00002.500-7	9	4	54.230,53	24.08.00	384.784,90	0,00	0,00
130028	3145.00008.500-9	9	4	67.387,91	04.07.00	207.912,67	0,00	0,00
130028	3155.00004.500-4	9	4	541,89	22.08.00	55.808,89	0,00	0,00
130028	3157.00027.500-6	9	4	315.996,45	28.08.00	315.996,45	0,00	0,00
130028	3159.00006.500-8	9	4	713,50	03.07.00	713,50	0,00	0,00
130028	3167.00013.500-7	9	4	81.013,43	03.07.00	111.086,22	0,00	0,00
130028	3167.00014.500-2	9	4	1.705,02	03.07.00	9.660,52	0,00	0,00
130028	3191.00009.500-8	9	4	11.795,49	03.07.00	26.144,14	0,00	0,00
130028	3191.00010.500-3	9	4	75.357,54	22.08.00	178.309,19	0,00	0,00
130028	3215.00004.500-1	9	4	64.314,83	22.08.00	199.708,06	0,00	0,00
130028	3217.00004.500-8	9	4	110.838,87	22.06.00	145.138,47	0,00	0,00
Total							0,00	0,00

Fonte: Sistema Spsiu Net -- Tabela nº 41

Análise Crítica:

Dos 12 imóveis existentes sob a responsabilidade da SFA/SE, um é ocupado pela superintendência e como não há previsão de utilização dos outros onze imóveis localizados no interior do estado de Sergipe, já foi emitida a autorização ministerial para reversão da responsabilidade à Secretaria de Patrimônio da União, cujos processos encontram-se em tramitação na Superintendência do Patrimônio da União de Sergipe.

10 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ:

A estratégia de atuação do Ministério da Agricultura, no que se refere à gestão de Tecnologia da Informação acontece da seguinte forma: o órgão central mantém uma Coordenação nacional com profissionais capacitados onde trabalha a gestão de forma corporativa pactuando ações conjuntamente com os representantes estaduais nos seguintes aspectos: planejamento, desenvolvimento e produção de sistemas, treinamento dos representantes estaduais e contratação de bens e serviços direcionados para a tecnologia da informação visando proporcionar a otimização e a segurança da informação.

11 - Informações sobre as Renúncias Tributárias sob a gestão da UJ:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

12 - Deliberações do TCU Atendidas no Exercício:

Não foram recebidas em 2010 deliberações provenientes do TCU.

12.2 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM *PENDENTES* DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	250768	3.1.1.1.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			
Descrição da Recomendação:			
A SFA/SE deve solicitar as orientações à Coordenação-Geral do SCDP a fim de implementar a operacionalização do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
1. A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011; 2. De acordo com a estrutura hierárquica do sistema o contato com o MPOG é realizado através de Gestor Setorial do SCDP do MAPA e não diretamente pela SFA/SE.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A SFA/SE adotou todas as providencias necessárias à implantação do sistema, indicou/ identificou os Gestores Locais, Representante Administrativo, Coordenador Financeiro, Ordenador de Despesas, Proponentes (para certificação digital) e usuários, e continua aguardando autorização da Gestora Setorial do SCDP do MAPA para a Certificação Digital junto ao SERPRO; De acordo com informações recebidas para implantar o SCPD nas SFA's é necessária adequação no módulo de controle do teto orçamentário do SCDP para atender uma situação específica, ou seja, que o Sistema permitisse realizar o controle de teto orçamentário por Projeto/Atividade e não por UGR como é feito hoje.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	250768	3.1.1.1.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-

			Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			
Descrição da Recomendação:			
Selecionar servidores e capacitá-los a fim de adequada utilização do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO - SAD			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
1. A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Conforme determina o Decreto no final de 2008, todos os servidores receberam treinamento de acordo com seu perfil/atribuição: Gestores Locais, Representante Administrativo, Coordenador Financeiro, Ordenador de Despesas, Proponentes (para certificação digital) e usuários, considerando o tempo sem utilizar o sistema, esse treinamento deve ser ministrado novamente, de acordo com deliberação da Gestora Setorial.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	254677	3.1.1.1.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			
Descrição da Recomendação:			
Realizar licitação para contratação de empresa prestadora de serviço de limpeza e conservação predial e copeiragem, haja vista os contratos 13/2010 e 14/2010, com a empresa de CNPJ 02.945.243/0001-28, terem sido firmados sem amparo legal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SCC / SAG / SFA / SE			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Estão sendo tomadas providencias necessárias ao atendimento da Recomendação, ou seja, realização de nova licitação e rescisão dos contratos vigentes, no entanto persiste o entendimento de que a não prorrogação gerou uma rescisão contratual haja vista a prerrogativa legal – Cláusula Décima			

Segunda com fundamento no Inciso II do art.57, da Lei 8.666/93 – de prorrogações sucessivas até completar 60 meses, possibilitando dessa forma a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação desde que aceitas as condições do licitante vencedor conforme preceitua o art. Inciso XI da Lei nº 8.666/93.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	254677	3.1.1.1.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			
Descrição da Recomendação:			
Rescindir os contratos 13/2010 e 14/2010, com a empresa se CNPJ 02.945.243/0001-28, tão logo a SFA possa assinar contrato com o licitante vencedor da licitação referida na recomendação anterior.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SCC / SAG / SFA / SE			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
1. A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011; 2. Tempo necessário à conclusão do procedimento administrativo para realização do certame licitatório e contratação do licitante vencedor.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Procedimento administrativo para realização de nova licitação está em tramitação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	254677	3.1.1.1.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			

Descrição da Recomendação:	
Nos contratos de serviços a serem executados de forma contínua, solicitar tempestivamente a manifestação da empresa contratada quanto a intenção ou não de prorrogação dos mesmos, dando prazo para resposta, de forma a possibilitar a realização de procedimento licitatório, no caso da empresa não manifestar seu interesse pela renovação contratual.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SCC / SAG / SFA / SE	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A SFA/SE cumpre os prazos sugeridos/necessários para tramitação dos processos de licitação e prorrogação contratual, não existindo, nos últimos exercícios, problemas dessa natureza. Entendemos que o desinteresse em renovar o contrato pode ser considerado um caso fortuito, de qualquer forma, para contratos contínuos passaremos a providenciar com antecedência de 90 dias.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO EM SERGIPE – SFA/SE			14
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	254677	3.1.1.2.	Ofício nº 2339/2011 – CGU-Regional/SE/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA / SE			
Descrição da Recomendação:			
Sempre exigir documentação comprobatória da habilitação para contratação com a Administração Pública quando, em virtude do lapso temporal, não puder utilizar a documentação exigida na licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SCC / SAG / SFA / SE			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A recomendação refere-se a auditoria de acompanhamento do exercício de 2010 e foi encaminhada à SFA/SE já em 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não existem óbices à adoção da providência recomendada.			

13 – Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa:**13.1 - Declaração do Contador com Ressalva:**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/SE			130028
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000 e 199620500. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2009
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

13.2 - Declaração do Responsável da área atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV:

Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/SE			130028
Em cumprimento a determinação contida no item 07, da Decisão Normativa /Tribunal da Gestão da União nº 107/2010 de 27 de outubro de 2010, declaramos que as informações referentes aos convênios e termos de parceria firmado no âmbito da Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Sergipe, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG/SICONV E NO Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme estabelecido no art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto 2010. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Aracaju, SE	Data	26 de Março de 2010
Contador Responsável	Milton Correia dos Santos Filho Chefe do Serviços Gerais da SFA/SE	CRC nº	----

13.3 - Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das Declarações de Bens e Rendas:

Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/SE			130028
Declaramos, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores que ocupam cargos comissionados, copias de suas respectivas Declarações de Bens e Rendas, de que se trata a Lei nº 8.730, de 1993 e Instrução Normativa do TCU nº 05/94, referente ao ano calendário 2009, exercício 2010.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Aracaju, SE	Data	26 de Março de 2010
Contador Responsável	Rita de Cássia Guimarães de Carvalho Ferro Chefa da Seção de Recursos Humanos da SFA/SE	CRC nº	----

14 – Composição Acionária do Capital Social:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

15 - Informações sobre o Fundo Partidário a serem prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

16 - Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

17 - Indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão nº TCU 408/2002:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

18 - Análise da situação econômica-financeira dos órgãos:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

19 - Remuneração paga aos administradores da unidade jurisdicionada:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

20 - Contratação de consultores na modalidade “produto”, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais:

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.

21 - Imóveis alienados em 2010 em consonância com o Plano Nacional de Desmobilização – PND.

Não se aplica, na gestão da Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe – SFA/SE.